



RORTY, Richard. **Uma ética laica.** Trad. Mirella Traversin Martino. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2010.

A ethics for the laity

Sérgio Murilo Rodrigues*

Este livro é o resultado de uma conferência pronunciada pelo filósofo norte-americano *Richard Rorty* (1931-2007) em Turim na Itália no dia 21 de setembro de 2005 com o título *Espiritualidade e Secularismo* e conta com uma introdução de *Gianni Vattimo* (1936). O texto foi publicado em 2008 originalmente em italiano com o título *Un'etica per i laici*.

O livro trata da questão ética de *como podemos pensar os ideais morais de forma independente das religiões?* Por *ideais morais* se entende os valores e normas que prescrevem ações futuras em direção a um estado-de-coisas, ainda não existente. Existe a *esperança* ou expectativa de que esse estado-de-coisas venha a existir, porque assim será melhor. Desta forma, os ideais morais são ordenadores do comportamento dos agentes sociais.

O autor do texto elegeu o *catolicismo* como o interlocutor representante das religiões pelo fato do cardeal Ratzinger, atual papa Bento XVI ter uma consistente argumentação racional em suas obras de Teologia.

A tese central do livro é que a busca de uma vida *feliz* (satisfatória, prazerosa e mundana) deve ser o critério de escolha (verdade) dos *ideais morais* do ser humano tanto na sua perspectiva individual como na social. Desta forma, os *ideais* devem ser pensados e perseguidos independentemente do ideário platônico-religioso, que impõe uma *verdade* objetiva (um “ponto fixo”) para a moral. A estratégia utilizada para desenvolver essa tese é estabelecer um debate entre *fundamentalismo* e *relativismo*. O representante do primeiro é o cardeal Ratzinger e o representante do segundo é o pensamento filosófico *utilitarista e pragmatista*.

* Bacharel e Mestre em Filosofia pela UFMG, doutorando em Filosofia pela Complutense de Madrid. Professor de Filosofia da PUC Minas. País de origem: Brasil. E-mail: sergio10@pucminas.br

Richard Rorty ficou mundialmente conhecido como filósofo depois da publicação, em 1979, do livro *A filosofia e o espelho da natureza*, no qual ele faz uma crítica ao modelo “epistemológico” de filosofia de Descartes, Locke e Kant e suas respectivas teorias da correspondência da verdade. A crítica se dirige a busca desses filósofos por um *fundamento último* (uma base racional segura) para o conhecimento verdadeiro. A verdade não é uma cópia fiel, como se fosse um *espelho da natureza*, da realidade.

O pensamento neopragmatista e hermenêutico de Rorty é muito bem sintetizado na introdução de Vattimo ao texto da conferência. Aqui recorro que *Santiago Zabala* organizou em 2006 um livro chamado de *O futuro da religião* (editora Dumará) com um texto de *Vattimo* (a idade da interpretação), outro de *Rorty* (anticlericalismo e ateísmo), uma entrevista feita por *Zabala* com os dois filósofos (qual é o futuro da religião após a metafísica?) e um prefácio de *Paulo Ghiraldelli Jr* (pragmatismo e hermenêutica).

Na conferência sobre *Espiritualidade e Secularismo*, Rorty cita os filósofos clássicos do *utilitarismo* e do *pragmatismo* e também o filósofo alemão *Jürgen Habermas* (1929), com o qual ele manteve profundas afinidades e divergências. Mas o mais importante é que ambos sempre mantiveram um fecundo diálogo. E aqui temos um ponto central da filosofia de Rorty e de Habermas: recusam-se a aceitar verdades prontas e inquestionáveis, tudo pode ser questionado e quando não há consenso acerca de algo, o caminho é a discussão de forma civilizada, sem violência, sem imposições, ou seja, uma discussão democrática. Quem quiser se aprofundar no debate entre os dois filósofos sugiro o livro organizado por José Crisóstomo de Souza chamado de *Filosofia, racionalidade, democracia: os debates Rorty e Habermas* (São Paulo: Ed UNESP, 2005), que mostra a riqueza do diálogo entre os dois filósofos, principalmente em relação à democracia.

Rorty começa a conferência referindo-se à “reclamação” do papa Bento XVI acerca da *falta de verdades objetivas* no mundo moderno e como a própria *Igreja tem cada vez mais dificuldade para dizer em que acredita* (p.12). Segundo o cardeal Ratzinger, *estamos construindo uma ditadura do relativismo que não reconhece nada como definitivo e cujo objetivo final consiste unicamente no próprio ego e em seus desejos* (p. 17)¹. A Igreja acredita na existência de uma *natureza humana*, que serviria de parâmetro objetivo para a

¹ Rorty faz questão de separar bem a fala do teólogo Ratzinger da fala do papa Bento XVI, mesmo ambos sendo a mesma pessoa. Ao final do texto veremos como essa demarcação é coerente com a posição filosófica de Rorty.

determinação de *verdades perenes*. Essa *natureza humana*, por sua vez, se fundamenta em uma *transcendência* garantidora dos ideais morais válidos. Assim é possível a determinação inquestionável de obrigações morais, excluindo-se todas as possíveis variações contextuais da ação.

Rorty, seguindo o *utilitarismo*, considera que (...) *nós, seres humanos, não temos obrigações morais, além da obrigação de nos ajudar reciprocamente a satisfazer nossos desejos, atingindo assim a maior felicidade possível* (p.13). Não existe uma natureza humana, que sirva de fundamento objetivo para os ideais morais. Simplesmente existem modos de vida diversos, segundo os quais os seres humanos se reúnem por se identificarem e compartilharem os mesmos projetos e assim, constroem uma sociedade. Alguns desses modos de vida fazem os seres humanos mais felizes que outros modos. Cabe aos seres humanos escolherem aqueles modos de vida que possibilitem alcançar a máxima felicidade para o maior número de seres humanos.

Rorty não defende um *relativismo* “*vale tudo*”, pois afirma a necessidade de se fazer escolhas. Mas como fazer essas escolhas? Ele pretende responder essa pergunta através de uma comparação entre o *fundamentalismo* e o *realismo*.

Com o termo fundamentalismo, em geral se indica uma invocação absurdamente acrítica dos textos das Escrituras. (...) O termo relativismo muitas vezes é utilizado para definir a tese, igualmente absurda, segundo a qual toda convicção moral é tão boa quanto qualquer outra. Mas essa é uma tese que nenhum filósofo jamais tentou defender (p. 18-9). Para Rorty, esses dois conceitos *errôneos* devem ser abandonados. *Fundamentalismo* é a tese defendida pela Igreja de que *os ideais são validos apenas se alicerçados na realidade* (p. 19). A verdade dos ideais morais pode ser *fundamentada* objetivamente através de uma correspondência com uma realidade imutável. *Relativismo* pode ser *definido simplesmente como negação do fundamentalismo* (p. 19). Considerar um *ideal* como *perene* e inquestionável não é compatível com a abertura que o pensamento filosófico deve proporcionar. Todo ideal é falível e pode ser substituído por outro. Ser falível não significa ser falso, mas apenas estar sujeito a ser superado. Verdade não é *objetividade*, mas *solidariedade*. Não há um critério racional, objetivo e imparcial para a verdade. Só há o diálogo no qual podemos pensar em qual futuro queremos para nós e para a humanidade, e devemos pensar isso junto com os outros, para que esse futuro seja aquele que alcance a maior felicidade possível para todos. “A verdade é contextual e falível” não é uma verdade

absoluta para os relativistas, mas é uma verdade pragmática que leva os seres humanos a viverem melhor. Rorty, Mill, Dewey e Habermas (...) *sugerem que se pense a verdade mais como aquilo que se impõe sobre o livre mercado das idéias do que como correspondência a uma realidade anterior* (p. 20).

Segundo Rorty, o cardeal Ratzinger criticou o crescimento do relativismo e a sua conseqüência imediata que é a desagregação da natureza humana dizendo ser o relativismo o fundamento filosófico da *democracia*, e a democracia, por sua vez, estava sendo imposta a todos como uma verdade absoluta. Mas Ratzinger vê uma vantagem no *relativismo*, quando ele impede que teorias políticas, como o *marxismo* ou a *teologia política* (por exemplo, a *teologia da libertação*), tornem-se teorias políticas absolutas e redentoras. Não pode haver uma *redenção* baseada na simples satisfação dos desejos e, além disso, essa satisfação é relativa e não pode ser absolutizada como o marxismo tentou fazer.

Primeiramente Rorty concorda (...) *que as sociedades democráticas fundamentam-se na ideia de que nada é sagrado, porque é possível discutir sobre qualquer coisa* (p. 20) e isso é muito vantajoso para potencializar a capacidade de resolução de problemas e de aprendizagem da sociedade², tornando a vida bem melhor em sociedades democráticas. Entretanto, a democracia não é uma imposição absoluta; ela pode vir a ser superada um dia por outro sistema político. *No passado, tínhamos outras idéias do que poderia conduzir à máxima felicidade humana. Hoje pensamos que é a democracia, amanhã poderia ser qualquer outro meio* (p. 34). Rorty também concorda que a absolutização de teorias políticas não é um bom caminho, mas o mais grave para ele é a pretensão redentora de certas teorias. Não é função da política ser redentora, pois (...) *é preciso tornar os homens mais felizes, e não redimi-los, porque eles não são seres degradados, almas imateriais aprisionadas em corpos materiais, almas inocentes corrompidas pelo pecado. Os homens são (...) animais inteligentes. Inteligentes porque, diferentemente de outros animais, aprenderam como colaborar uns com os outros para poder realizar os próprios desejos da melhor forma possível* (p. 22).

A religião cristã, como outras religiões, possui a função redentora de elevar a alma mortal inferior para a sua dimensão imortal superior. (...) *foi Platão quem fundou a tradição adotada pelo papa, ligando a idéia de imortalidade à de imaterialidade e infinidade* (p. 24). No entanto, Rorty faz parte daquele grupo de filósofos que acreditam que os homens

² Quanto maior o número de pessoas que puderem participar da resolução de um problema, maior é a chance de se alcançar uma boa solução e, além disso essa solução pode ser *ensinada* a todos sem restrição.

devam se contentar com a própria finitude e abandonar a idéia de redenção e de busca do infinito. Os ideais morais não precisam estar baseados em uma transcendência que orienta as nossas vidas de “fora” da vida, submetendo os nossos desejos a normas fixadas transcendentemente.

Mas a impossibilidade de redenção e a constatação de que os homens são seres de desejo não impede os seres humanos de terem uma *espiritualidade*. Rorty propõe uma *espiritualidade secular* independente das religiões e tornada possível a partir das revoluções democráticas do século XVIII. Essa espiritualidade (...) *rejeita a possibilidade da santidade, (...) rejeita o aperfeiçoamento da vida de um indivíduo e se aproxima (...) da possibilidade de aperfeiçoar a sociedade humana, [o que é amplamente cristão] em sua inspiração inicial* (p. 25). Trata-se de uma *espiritualidade* que parte de um ideal de respeito mútuo entre os membros da sociedade e projeta um ideal de progresso da humanidade em direção a máxima felicidade. Esses ideais *espirituais* podem e devem orientar a política moderna sem precisar se inspirar em nada que esteja “acima” do ego e dos desejos humanos. E o mais importante: são ideais possíveis de se realizarem.

Mas os *fundamentalistas* podem argumentar que a satisfação de todos os desejos significa também satisfazer os desejos maus. *Para Mill, James, Dewey, Habermas e os outros filósofos da democracia social, a resposta para a pergunta: “alguns desejos humanos são maus?” é: “não, mas alguns desejos tornam impraticável o nosso projeto de maximizar a satisfação abrangente do desejo”. (...) Não existe um desejo intrinsecamente mau, existem apenas desejos a ser subordinados a outros no interesse da equidade* (p. 26). Não há uma realidade objetiva ou uma natureza humana que determinem de forma segura e inquestionável o que é bom e o que é mau. A *espiritualidade secular* não se orienta pela interdição de desejos, mas isso não significa permitir tudo. Ela se orienta pelo ideal do progresso da humanidade, o que significa uma cada vez maior ampliação da faixa de pessoas que poderão ter seus desejos atendidos, *desde que* isso não comprometa o equilíbrio social, a solidariedade entre pessoas e grupos sociais, a liberdade e a felicidade dos indivíduos e da sociedade como um todo. Esta é a tese de James, *qualquer desejo tem o direito de ser realizado, desde que não interfira na realização de outros desejos* (p. 28).

A conclusão de Rorty é que todos os ideais, sejam dos fundamentalistas, sejam dos relativistas são produtos da *imaginação humana*. Não há uma realidade extrínseca aos seres humanos capaz de determinar a verdade dos ideais morais. Para Rorty, (...) *nunca houve e*

jamais haverá uma verdade maior que nós. A própria ideia de uma verdade desse tipo é a confusão dos ideais com o poder³ Segundo a opinião dos relativistas como eu, a luta entre o relativismo e o fundamentalismo é a luta entre dois grandes produtos da imaginação humana. Não é uma disputa entre uma visão que corresponde à realidade e outra que não corresponde a ela, e sim entre dois poemas visionários: um oferece uma visão de ascensão vertical para algo maior que o meramente humano, o outro traz uma visão de progresso horizontal para um amor colaborativo comum em nível planetário (p. 30).

O texto de Rorty apresenta várias vantagens: é um texto conciso de fácil leitura, apresenta de forma precisa e extremamente sintética a tradição filosófica de Rorty e introduz uma discussão muito pertinente para as atuais sociedades democráticas multiculturais, nas quais precisamos conviver com múltiplas religiões, bem como com aqueles sem religião. Rorty não faz uma crítica às religiões, no sentido de que elas não deveriam existir. Ele apenas propõe *uma ética para leigos*, que inclusive fala de uma *espiritualidade secular* que sustenta os *ideais morais*. Essa ética laica não é incompatível com as éticas religiosas, mesmo porque ela defende a existência de vários discursos convivendo conjuntamente, mas ela mostra a importância de uma ética do humano que veja as pessoas em toda a sua complexidade e multiplicidade buscando algo que é comum a todos: felicidade, paz, realização dos desejos. Essa ética possui a vantagem de não discriminar nenhuma religião e incluir todos os outros.

O debate acerca da delimitação do papel da religião dentro do espaço público de um Estado democrático de direito é muito importante, principalmente em um país como o Brasil, no qual temos uma “bancada evangélica” pluripartidária dentro do Congresso Nacional, bem como uma tradição católica muito forte e atuante na política.

Certamente que várias críticas podem ser feitas a Rorty, principalmente por parte dos *fundamentalistas*. Destaco aqui uma crítica do cardeal Ratzinger, apresentada pelo próprio Rorty e que se aproxima de uma crítica feita por Habermas (que não é *fundamentalista*). *Há coisas erradas que nunca poderão tornar-se corretas, como, por exemplo, matar pessoas inocentes e negar aos indivíduos o direito de ser tratados como seres humanos e de viver uma vida que lhes seja adequada. Há coisas certas que nunca poderão tornar-se erradas* (p. 21). Habermas considera que a escolha entre os *ideais morais* precisa seguir um padrão de racionalidade, pois não podemos considerar que o

³ Por isso, Rorty distingue o teólogo Ratzinger do papa Bento XVI. A pessoa é a mesma, mas o lugar do poder é muito diferente e, por isso, o teólogo pode dizer verdades que o papa já não pode.

Nazismo, por exemplo, seja em certa circunstância escolhido como o melhor e o certo. Para Habermas, o Nazismo é irracional e, portanto, nenhum contexto o tornará racional, mesmo ele tornando-se efetivo enquanto sistema político. Ideais morais válidos não se tornam automaticamente efetivos e ideais efetivos nem sempre são válidos.